

Câmara Mumicipal de Arapomgas

Estado do Paraná

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER nº O 4/2017.

Assunto:

Projeto de Lei nº. 05/2017

Autoria:

Poder Executivo

Súmula: Dispõe sobre a alteração nos Anexos I da Lei n°. 4176, de 09 de dezembro de 2013, alterada pelas Leis n°. 4.329, de 18 de dezembro de 2014 e 4.434, de 17 de dezembro de 2015, e 4.526, de 13 de dezembro de 2016, que estabeleceram

o Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017.

O Senhor Presidente desta Casa, Vereador Osvaldo Alves dos Santos, despacha para a Comissão de Justiça, Legislação e Redação desta Casa, em data de 21 de fevereiro de 2017, Projeto de Lei nº. 05/2017, de 13 de fevereiro de 2017.

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo que pretende alterar o Anexo I da Lei n°. 4176, de 09 de dezembro de 2013, alterada pelas Leis n°. 4.329, de 18 de dezembro de 2014, 4.434, de 17 de dezembro de 2015 e 4.526, de 13 de dezembro de 2016, que estabeleceram o Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017.

Acompanha a mensagem correspondente.

É o relatório. Passo a pronunciar-me.

II - Parecer do Relator

O presente projeto acha-se amparado pelo disposto nos artigos 8º da Lei Orgânica do Município e 30, inciso I, da Constituição Federal de 1988, por tratar de matéria de interesse eminentemente local e afeta à competência legiferante do Município.



Câmara Mumicipal de Arapomgas

Estado do Paraná

A iniciativa do Projeto de Lei encontra respaldo no artigo 42, III e 44 da Lei Orgânica:

Art. 42. A iniciativa dos projetos de leis complementares e ordinárias compete: I - aos Vereadores; II - às Comissões da Câmara; III - ao Prefeito; IV - aos cidadãos, nos termos previstos nesta Lei Orgânica e especificados no Regimento Interno da Câmara Municipal.

Art. 44. São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal os projetos de leis que disponham sobre: I - criação e extinção de cargos, funções ou empregos públicos do Poder Executivo e das autarquias e fundações públicas municipais; II - fixação do vencimento, salário ou gratificação e seus aumentos quanto aos cargos, empregos e funções previstos no inciso I deste artigo; III - revisão geral e anual dos vencimentos dos servidores públicos; IV - servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; V - criação, organização, extinção dos órgãos do Poder Executivo, das autarquias e das fundações públicas municipais. VI - matéria orçamentária; VII - matéria urbanística, especialmente o Plano Diretor, matéria relativa ao uso e ocupação do solo, parcelamento, edificações e estabelecimento do perímetro urbano e dos bairros; VIII - bens públicos, aquisição e alienação de bens imóveis, outorga de direito real e concessão de uso.

Solicitada inicialmente a juntada da oitiva da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, após, passamos a análise.

Como se vê, o Projeto de Lei em apreço altera o Plano Plurianual do Município para o período entre 2014 e 2017.

Quanto aos aspectos relativos à forma, o Projeto em estudo apresenta, a técnica legislativa exequível e eficaz.



Câmara Municipal de Arapongas

Estado do Paraná

No mérito, entendo que o projeto encontra-se em consonância com a legislação vigente, vez que busca adequar o Plano Plurianual à Lei Orçamentária nº. 4.529, de dezembro de 2016.

Assim, verifico que não há qualquer impedimento à tramitação do Projeto de Lei nº. 05/2017 de autoria do Poder Executivo, motivo pelo qual opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Finanças e Orçamento seja pela aprovação, acompanhando na íntegra a Comissão de Justiça, Legislação e Redação.

III - Conclusão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 05/2017 de autoria do Poder Executivo, encaminhando a matéria para deliberação do Plenário.

Sala das Comissões, em 24 de fevereiro de 2017.

Rubens Franzin Manoel

Presidente :

Miduel Messias Gomes

Pereira

CAMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS PROTOCOLO Nº.

DATAS

ENTRADA O ~

Funcionário